

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO**
2 **HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 1998, NO AUDITÓRIO DA**
3 **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.**

4 Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de mil, novecentos e noventa e oito, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:00 horas, a secretária-geral do Conselho, Simone Dutra Lucas, inicia os trabalhos dizendo ser este um dia muito especial por marcar o encerramento das atividades dos atuais conselheiros que atuaram no período 1996/1998. A reunião tem a seguinte pauta: 1 - Informes; 2 - Pronunciamento do Secretário Municipal de Saúde, Marílio Malagutti; 3 - Pareceres da CTFCA; 4 - Prestação de Contas da SMSA; 5 - Posse dos novos conselheiros; 6 - Eleição da Mesa Diretora. No primeiro ponto da pauta, Simone propõe que sejam repassados apenas os informes da Mesa Diretora para que sejam agilizados os trabalhos. Consultado, o plenário acata a proposta. A secretária-geral inicia informando sobre o Conselho de Usuários do Hospital das Clínicas, para o qual o CMS deverá indicar um representante. Lê comunicado do Conselho Distrital Venda Nova, solicitando que o CMS apure interferência da Cooperativa COSERVE nos contratos dos motoristas prestadores de serviços naquele distrito. Faz também a leitura de documento enviado ao Conselho, denunciando más condições de assistência na instituição denominada "Mão Amiga" que acolhe pessoas idosas na região Norte. Na seqüência, Simone propõe passar ao ponto 3 da pauta pelo fato de o secretário ainda não se encontrar no plenário. Acatado este encaminhamento, a palavra é passada ao coordenador da Câmara Técnica de Financiamento, Controle e Avaliação, Jader Campomizzi, para apresentação dos pareceres. O primeiro parecer é sobre solicitação do Departamento de Planejamento e Regulação da SMSA, de autorização para pagamento de exames não incluídos na tabela do SUS e necessários no diagnóstico e acompanhamento de Câncer, doenças infecciosas, doenças do sangue e doenças reumatológicas. A proposta é de se utilizar exames similares para estabelecimento dos valores a serem pagos. O parecer da CT é favorável a aprovação. Após esclarecidas dúvidas do conselheiro João Athayde, é feita a chamada nominal dos conselheiros para votação, considerando-se como proposta 1, a aprovação do parecer e proposta 2, a não aprovação. Concluída a votação, a proposta 1, obteve 21 (vinte e um) votos, a proposta 2, 01 (um) voto, com 01 (uma) abstenção, ficando aprovado o parecer da CTFCA. O segundo parecer apresentado é referente à Portaria SMSA/SUS-BH N° 015/98, de 28/05/98, que dispõe sobre pagamento via SIH pela permanência de pacientes em leitos de observação de pediatria. A portaria vigorará nos meses de Junho e Julho/98. O parecer da CTFCA é pela aprovação com a recomendação de que outras medidas que venham a ser tomadas envolvendo parâmetros de cobertura, parâmetros assistenciais e de remuneração, sejam submetidas ao CMS antes de entrarem em vigor. Após esclarecimentos solicitados pelo plenário o parecer foi colocado em votação considerando-se como proposta 1, a aprovação do parecer e proposta 2, contrária. Feita a chamada nominal dos conselheiros, a proposta 1 obteve 19 (dezenove) votos, a proposta 2, não foi votada, havendo 02 (duas) abstenções sendo uma com declaração de voto. Em sua declaração

44 de voto, o conselheiro José Bonifácio questiona o fato de a Portaria da SMSA haver
45 sido publicada sem que se ouvisse o CMS, já que, na sua opinião, o Conselho não foi
46 respeitado em suas prerrogativas. O terceiro parecer apresentado pelo Jader, refere-se
47 a Portaria da SMSA, que autoriza pagamento de diárias para acompanhantes de
48 pacientes internados pelo SUS. O parecer da CTFCA é favorável a aprovação, com a
49 observação de que os valores pagos pela diária são insuficientes para cobrir as
50 despesas com o acompanhante. Após alguns esclarecimentos, a conselheira Rosalina
51 posiciona-se contrário a que o CMS aprove uma medida que já se encontra em vigor
52 há dois anos e apresenta proposta de que o conteúdo da Portaria seja aceito, desde que
53 a Secretaria faça nova Portaria com data atual. A secretária-geral Simone, abre defesa
54 das propostas. Jader defende a aprovação e Rosalina, a modificação. Simone, faz
55 proposta de consenso no sentido de que seja feita uma Resolução do CMS nos termos
56 da Portaria. Tendo sido aceito por consenso entre os dois proponentes, faz-se a
57 chamada nominal dos conselheiros para votação da proposta de Resolução do CMS
58 que autoriza o pagamento de diárias por acompanhantes de pacientes internados pelo
59 SUS/BH. A Resolução é aprovada com 18 (dezoito) votos favoráveis, nenhum
60 contrário e 02 (duas) abstenções. No ponto seguinte da pauta, Simone passa a palavra
61 ao Secretário Municipal de Saúde, Marílio Malagutti. O secretário fala dos objetivos
62 da sua gestão à frente da SMSA, enfatizando o propósito de reorientar as práticas
63 médicas que, no seu entendimento, tem às vezes colaborado na reprodução das
64 doenças. Acrescentando que nessa busca de reorientar as práticas, todos os órgãos das
65 áreas sociais da prefeitura deverão estar subordinados ao objetivo de promover a
66 saúde no seu sentido mais amplo. Fala da situação atual da área de saúde, citando os
67 problemas da urgência e emergência onde, segundo diz, providências serão tomadas
68 no sentido de garantir a retaguarda de leitos necessária para que não morram
69 pacientes por falta de leitos. Coloca que, subordinado ao imperativo social de
70 considerar o paciente sob custódia do governo municipal e portando se obrigando a
71 acompanhá-lo desde o primeiro atendimento, serão expedidas guias de internação e o
72 paciente encaminhado ao hospital onde os supervisores constatarem a existência de
73 vagas. Chegado ao hospital, se o paciente não for aceito, o setor jurídico, que terá
74 plantão permanente, será acionado para garantir a internação. Fala também sobre o
75 combate à dengue e os resultados alcançados nesse trabalho assim como das
76 dificuldades enfrentadas e do risco de recrudescimento da epidemia, com
77 características bem mais sérias pela ameaça de grande incidência de dengue
78 hemorrágica. Finalizando sua exposição, o secretário informa que o governo
79 municipal está determinado a implantar o programa de saúde da família, que deverá
80 ser implantado em Belo Horizonte com uma equipe composta por médico,
81 enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde para cada 800 a
82 1000 famílias. Cada agente comunitário fará um levantamento em 200 famílias. Será
83 escolhido um posto de saúde e um distrito sanitário para o programa ser implantado
84 de onde se estenderá a toda a cidade. Diz que os médicos da equipe serão treinados
85 para atuar como generalistas e os especialistas serão referenciados nos casos que

86 forem estritamente necessários. Critica o PSF implantado pelo governo estadual,
87 que diz não funcionar em larga escala e que considera eleitoreiro, acrescentando que
88 o projeto a ser implantado em Belo Horizonte pretende ser independente do governo
89 federal e estadual e espera contar com o apoio do Conselho. Simone, comunica sobre
90 reclamação feita pelo senhor Geraldo Florêncio em relação ao atendimento das
91 unidades de saúde nos dias de jogos do campeonato mundial de futebol. Anuncia que
92 estiveram presentes, no início da plenária, os vereadores Paulão, André Quintão e Jô
93 Moraes, sendo que a última permanece presente no plenário. Apresenta proposta da
94 mesa de encaminhamento do debate e de que seja marcada uma reunião
95 extraordinária para o dia 09/07, quando o CMS deverá apreciar proposta por escrito
96 que a Secretaria apresentará em 15 dias, de implantação do PSF, dentro da abordagem
97 feita pelo secretário Marílio Malagutti. Consultado o plenário sobre o
98 encaminhamento proposto, diretor do Distrito Sanitário Norte, Leonardo, propõe que
99 a equipe técnica que está elaborando o projeto do PSF seja consultada sobre se o
100 prazo de 15 dias seria tempo hábil para apresentação. Simone consulta o secretário
101 sobre se o prazo de 15 dias seria suficiente. Dr. Marílio, coloca seu entendimento de
102 que a proposta da secretaria já está colocada e é o que falou em sua
103 explanação. Leonardo retira sua proposta e é aprovado o encaminhamento da
104 mesa. Aberta a palavra ao plenário o conselheiro Eduardo, fala que tudo o que venha
105 para melhorar é bem vindo, mas considera necessário que a Secretaria apresente o
106 projeto detalhado no sentido de que seja garantida sua efetiva implantação e de que
107 ele não atrepele todo um esforço que considera já ter sido feito na construção do
108 SUS/BH. Coloca que, do ponto de vista da Câmara Municipal, estará sendo realizada
109 no dia 08/07, uma audiência pública, onde serão discutidas com as autoridades da
110 saúde as propostas para a política de saúde do município. Conclui afirmando que os
111 conselheiros não podem abdicar da condição de interlocutores e não expectadores. O
112 conselheiro Antônio Gomes, solicita ao secretário o equipamento do Centro de Saúde
113 Santa Cruz e a assistência à saúde dos funcionários da prefeitura que, segundo diz,
114 não têm conseguido atendimento no HOB, embora aquele hospital tenha sido
115 construído com recursos do funcionalismo que ainda contribui para a BEPREM. Pede
116 inauguração da Policlínica Silveira, cujo não funcionamento estaria, na sua opinião,
117 sobrecarregando a Policlínica 1º de Maio. O participante Antônio Carlos, se apresenta
118 como novo conselheiro municipal, saúda os demais conselheiros e sobre o programa
119 de saúde da família, fala de sua preocupação quanto a forma que os Centros de Saúde
120 serão integrados ao programa. Coloca também a questão da Policlínica Silveira e
121 alerta que a comunidade local não irá admitir que aquela unidade seja transformada
122 em Centro de Saúde. A seguir, Simone anuncia a presença do vereador Rogério
123 Correia. O participante Evaristo Garcia, defende a criação de uma Câmara Temática
124 que discuta as políticas sociais. Apóia as medidas contra os hospitais privados
125 contratados pelo SUS e defende o direito do acompanhamento a crianças internadas e
126 pede que o secretário aborde a afirmação que, segundo diz, foi do prefeito de que
127 78% dos recursos da saúde são desviados para o setor privado e sobre oito a nove mil

128 funcionários da área de saúde dos quais, na sua opinião, em torno de três mil seriam
129 fantasmas. A conselheira Rosalina, diz estar mantendo a proposta do Leonardo por
130 entender que é necessário um projeto que diga claramente qual PSF será implantado
131 em Belo Horizonte e, na sua opinião, a secretaria precisa de mais tempo para elaborá-
132 lo até pelas próprias palavras do secretário que afirmou que o PSF da SMSA não será
133 o do governo federal nem do governo estadual. A conselheira Simone, fala de
134 informações publicadas nos jornais, de que o Secretário pretendia fechar unidades de
135 saúde e pede que ele preste esclarecimentos sobre o assunto. Sobre o detalhamento do
136 programa de governo, cita as leis e defende que o Conselho afirme o que foi
137 deliberado nas Conferências atuando como proponente e definidor das diretrizes da
138 política de saúde e não apenas discutir diretrizes apontadas pelo governo. O
139 conselheiro Antônio Francisco (Sardinha), fala que na sua opinião tudo o que venha
140 para melhorar o acesso e as condições de saúde da população, o Conselho deve
141 aprovar, mas vê com preocupação o fato de estar-se pretendendo implantar o PSF
142 sem que se esclareça como serão as relações de trabalho e pergunta se o programa
143 vem terceirizado, afirmando que as equipes que já estão nas unidades de saúde são as
144 mais preparadas para atuar no PSF. Despede-se do Conselho como conselheiro,
145 colocando que continuará participando enquanto dirigente do SINDIBEL. O
146 conselheiro João Athayde diz entender que as colocações do secretário refletem as
147 preocupações da população em relação à saúde e sobre o PSF sua opinião é de que,
148 como outros programas, ele visa solucionar os problemas da saúde, mas entende que
149 a secretaria não pode ignorar o Conselho e tem que compreender que ele não é
150 fictício. O conselheiro Geraldo Mossem, diz que a fala do secretário criou uma
151 expectativa positiva no sentido de que objetiva a melhoria do atendimento básico e
152 aumenta a possibilidade de implantação de um PSF que não é o do FHC nem do ex-
153 secretário estadual de saúde, Rafael Guerra, que seriam eleitores. Fala que o
154 acolhimento não funcionou embora tenha criado também uma expectativa muito boa
155 na população. Cita o exemplo do bairro Lagoa e outros que diz não contarem com
156 profissionais médicos no centro de saúde, acrescentando que por essa situação é que
157 sente alento na fala do secretário, a quem saúda pelos propósitos colocados esperando
158 que as medidas anunciadas se efetivem. O conselheiro Alcides, parabeniza os novos
159 conselheiros e pergunta ao secretário se o PSF que ele pretende implantar está
160 vinculado ao SUS, garantindo a universalidade e se ele não confronta com programas
161 como o infantil e outros já implantados que, na sua opinião, não devem ser
162 interrompidos. Reforça as colocações do Sardinha sobre a questão dos recursos
163 humanos a serem utilizados no PSF. Encerradas as intervenções, Simone passa a
164 palavra ao Secretário para considerações. Ele inicia suas considerações referindo-se à
165 Policlínica Silveira que, segundo diz, reúne condições precárias no sentido de
166 atender a demanda de urgência/emergência. Acrescenta que a obra lá realizada foi
167 mal fiscalizada e entregue com parede infiltrando, portas mal elaboradas e outras
168 deficiências que comprometem o atendimento naquela unidade. Diz ter conversado
169 com a SUDECAP e a unidade, mesmo para ser utilizada como Centro de Saúde,

170 necessitará de reforma. Diz ter informações de que em qualquer Policlínica, coisas
171 que impliquem na contratação de recursos humanos a prefeitura não tem condições de
172 instalar por falta de disponibilidade do caixa. Sobre as colocações do senhor Evaristo
173 Garcia, diz concordar que exista cabide de emprego na SMSA, considerando que
174 alguns são visíveis não podendo afirmar quantos funcionários serão suficientes
175 porque não tem informações sobre o quadro de pessoal, precisando fazer esse quadro
176 detalhado para então proceder aos remanejamentos possíveis. Entende ser melhor um
177 posto que funcione do que uma Policlínica imaginária, mas diz não ter ainda uma
178 posição sobre o que será feito com a Policlínica Silveira. Quanto à notícia publicada
179 pela imprensa sobre fechamento de Centros de Saúde, diz ser fofoca de quem não tem
180 o que fazer e coloca que no Orçamento Participativo tem muita coisa aprovada
181 erradamente que acaba não funcionando. Acrescenta que um posto só será fechado se
182 for inútil, incompetente, incapaz de funcionar e se seu fechamento for beneficiar a
183 população daquele local unindo-o a um outro próximo. Diz entender que o Conselho
184 não deve mesmo ser só expectador, mas que a Secretaria Municipal de Saúde é
185 governo e um governo que teve oitocentos mil votos tem respaldo popular e tem que
186 ter iniciativa e capacidade para propor. Sobre se o PSF não está vinculado à
187 universalidade, diz que ele é a maior concretização desse princípio do SUS.
188 Complementa colocando que o PSF não será implantado na cidade toda e será
189 adotado como experiência, subordinado inclusive ao controle da população, podendo
190 ser ampliado se mostrar ter sido útil, ou suspenso em caso contrário, não se
191 confrontando com nenhum programa já implantado. Em relação à questão da
192 BEPREM e HOB diz que, na sua opinião, o hospital deve ser aberto à população e
193 não atender apenas os interesses corporativos. No ponto seguinte da pauta: Prestação
194 de Contas da SMSA, a diretora do Departamento Financeiro da SMSA, Elizabeth
195 Cançado, após esclarecer que a prestação de contas foi anteriormente feita à CTFCA
196 e refere-se ao ano de 1997, passa a palavra a Ana Paola Borja, técnica responsável
197 pela elaboração das planilhas e quadros demonstrativos. Paola utiliza transparência
198 para a apresentação, informando inicialmente que para facilitar os trabalhos foram
199 feitas transparências apenas dos totalizadores, já que o relatório completo foi
200 distribuído a todos os conselheiros. A 1ª planilha refere-se aos recursos transferidos
201 pela PBH para o Fundo Municipal de Saúde de onde se apura o gasto da prefeitura
202 com o setor saúde. As transferências da PBH para a saúde representaram, segundo
203 diz, 21,53% dos impostos e transferências recebidos. A seguir apresenta gráfico dos
204 dados da planilha anterior. A 2ª planilha refere-se às receitas do FMS mês a mês. As
205 transferências da União para Belo Horizonte, cujo teto é de R\$ 17.813 milhões,
206 alcançou em alguns meses valores superiores por ter sido acrescido o abono pago
207 pelo governo federal. O estado repassou R\$ 84 mil referentes à campanha da multi-
208 vacinação. As receitas são também demonstradas por gráfico. Do total de receitas do
209 FMS no ano, 27% foi municipal, 72% federal e 1% própria, os recursos repassados
210 pelo estado representaram apenas 0,02%. A planilha seguinte é referente às despesas
211 do Fundo. As despesas de consumo atingiram no ano R\$ 7,647 milhões, outros

212 serviços e encargos R\$ 34 milhões, diversas despesas de custeio R\$ 1,049 milhões,
213 totalizando R\$ 43,395 milhões. Nas despesas de custeio incluem-se os medicamentos.
214 De obras foram gastos R\$ 6,451 milhões, em investimentos, R\$ 1,723 milhões em
215 obras, R\$ 2,882 milhões em material permanente e R\$ 1,845 milhões em outras
216 despesas de investimento que são pagamentos feitos à SUDECAP por obras do OP
217 realizadas na saúde. O total da semiplena são R\$ 239,390 milhões sendo R\$ 178
218 milhões relativos à fatura e R\$ 61 milhões relativos a abonos recebidos no decorrer
219 do ano. A folha de pessoal totalizou R\$ 104 milhões, sendo R\$ 6,366 milhões de
220 complementação, R\$ 2,002 milhões de contratos administrativos, R\$ 58,641 milhões
221 folha da SMSA e R\$ 15,641 milhões do HOB até o mês de Junho e R\$ 21,773 de
222 encargos e consignação dos quais esclarece que cerca de R\$ 5 milhões de encargos e
223 consignações referem-se ao ano de 1996. O total geral de despesas do FMS somando-
224 se custeio, investimentos, prestadores de serviços do SUS e folha de pessoal foi de R\$
225 393.664.286,25. Em seguida apresenta gráficos, demonstrativos das despesas e da
226 relação receita x despesa, planilhas da movimentação financeira e de pagamentos aos
227 prestadores, sendo que no total faturado para serviços hospitalares e ambulatoriais
228 (SIH/SIA) em 1997, foram incluídos valores do abono referentes ao ano de 1996.
229 Demonstra graficamente que no pagamento dos serviços hospitalares, SIH, 33% dos
230 recursos foram para o setor privado, 36% para o filantrópico, 15% para a rede
231 estadual, 11% para a federal e 5% para a municipal. Nos serviços ambulatoriais, SIA,
232 18% dos recursos foram para o setor privado, 24% para o filantrópico, 23% rede
233 estadual, 7% federal e 29% municipal, perfazendo no total, 54% para os serviços
234 ambulatoriais e 46% para os hospitalares. Encerrada a apresentação foi aberta a
235 palavra ao plenário. O conselheiro Geraldo Mossem pergunta: 1 - Qual o total geral
236 de recursos do fundo transferidos para o HOB; 2 - Por que de Julho/97 em diante não
237 tem nenhuma transferência para o HOB. Paola esclarece, que até Junho as
238 transferências da PBH para o HOB passavam pelo FMS, a partir de Julho os repasses
239 foram feitos diretamente da prefeitura para o hospital sem passar pelo fundo. O
240 participante Evaristo Garcia questiona os valores pagos aos prestadores privados e
241 pede esclarecimentos. Defende que as obras da saúde sejam mais fiscalizadas. O
242 conselheiro Eduardo antecipa sua disposição de votar pela aprovação das contas e
243 pede que o secretário Marilio Malagutti esclareça a referência que fez em sua fala à
244 existência de cabide de emprego na saúde, entendendo que confirmada, essa
245 afirmação coloca sob suspeita as prestações de contas anteriormente aprovadas pelo
246 conselho, já que o dinheiro da saúde estaria sendo utilizado para pagar esse cabide de
247 emprego. Evaristo Garcia, fala que a afirmação de que 33% dos funcionários não
248 estaria trabalhando é do secretário de administração da prefeitura, Fernando Alves,
249 quando esteve na reunião do Conselho. A conselheira Rosalina pergunta sobre o
250 repasse ao HOB comentando que, na sua opinião, esse é mais um ponto em que o
251 decreto de autonomia do Fundo está sendo descumprido. Pede esclarecimentos sobre
252 as despesas do Conselho e se há possibilidade da abertura de uma conta bancária que
253 fosse movimentada pelo CMS e pergunta também se os recursos arrecadados com a

254 ação da vigilância sanitária não estão no Fundo. A diretora do departamento
255 financeiro, Elizabeth presta os esclarecimentos ao senhor Evaristo e informa que o
256 secretário solicitou levantamento de todo pessoal da saúde para que haja uma
257 definição de governo sobre o assunto. A respeito das contas do Conselho, esclarece
258 que a única possibilidade seria, no seu entendimento, propôr-se um convênio que
259 permitisse o repasse de algum recurso financeiro ao CMS. Simone, fala que esse
260 assunto foi polêmico no Encontro Nacional de Conselheiros e sugere que o CMS faça
261 um estudo com assessoria técnica que possa até mesmo subsidiar as discussões a
262 nível nacional. Paola esclarece a questão referente ao HOB com os argumentos já
263 apresentados de que o fundo era um mero intermediador entre a PBH e o HOB. Sobre
264 a vigilância sanitária, fala que os recursos vão para a prefeitura mas, no seu
265 entendimento, retornam em maior volume, já que a PBH gasta mais de 10% com a
266 saúde, esclarece entretanto, que esse aspecto foi levantado em recente inquérito do
267 Ministério Público e foi solicitado que os recursos arrecadados pela VS fossem
268 considerados da saúde o que, na sua opinião, significa que há um movimento
269 nacional nesse sentido. A conselheira Simone, diz que no SIA ambulatorial os
270 pagamentos às instituições formadoras só consta a UFMG e pergunta onde estão as
271 demais instituições formadoras como a PUC, Ciências Médicas e outras. Paola
272 esclarece que é necessário saber se estas instituições seriam filantrópicas ou não
273 filantrópicas e encontrá-las em um desses itens. O conselheiro Geraldo Mossem
274 coloca que na apresentação da prestação de contas do HOB foram solicitadas uma
275 série de informações que, segundo Jader, não foram prestadas e considera que não é
276 possível aprovar as contas sem estas informações. Acrescenta que os recursos
277 repassados ao HOB são, na sua opinião, muito elevados e considera o custo/benefício
278 daquele hospital um dos mais altos que existem. Apela a que o Conselho não aprove
279 sem a resposta às questões do HOB. Elizabeth solicita ao secretário que intervenha
280 junto à Dr^a Maria Luiza, diretora do HOB, no sentido de que seja feita a prestação de
281 contas do hospital, afirmando que o setor financeiro da Secretaria não tem se furtado
282 a prestar todas as informações que o Conselho solicita. Na seqüência, Jader apresenta
283 o parecer da Câmara Técnica sobre as contas apresentadas, recomendando a
284 aprovação das contas referentes ao ano de 1997. Faz observações sobre acertos
285 contábeis relativos ao ano de 1996 que se encontram no relatório o que diz significar
286 que o gasto de 19,81% com saúde em 1997 é contábil e não real, na medida em que
287 houve acerto referente a 96, significando que gastos efetuados com saúde naquele ano
288 foram contabilizados no ano seguinte e são portanto, gastos do exercício anterior.
289 Outra observação é quanto ao decreto de autonomia do Fundo, que confirma estar
290 sendo contrariado na questão do HOB, mas, segundo diz, a CT não entrou no mérito
291 dessa mudança. Sugere que os novos conselheiros se dediquem a análise mais
292 aprofundada do decreto. Faz uma crítica que diz ser política do valor que considera
293 absurdo, do repasse do governo estadual ao FMS, denunciando que os hospitais da
294 FHEMIG recebem um grande volume de recursos do Fundo. Sobre esse fato, Paola
295 acrescenta que o governo estadual divulga nas contas da CEMIG que o repasse total

296 de recursos da União é feito pelo estado, o que não corresponde a verdade. Jader,
297 complementa dizendo que enquanto o estado repassa R\$ 84 mil, os hospitais da
298 FHEMIG recebem do Fundo R\$ 13 milhões. Sobre o HOB, Jader coloca que o
299 questionamento do conselheiro Geraldo Mossem é pertinente, mas esclarece que a
300 votação do relatório financeiro da SMSA não depende das contas do hospital já que,
301 segundo diz, comumente o Conselho vota os dois relatórios separadamente. José
302 Osvaldo, esclarece em nome da Secretaria Executiva do Conselho, que o Jader
303 solicitou que fosse encaminhado ao HOB ofício cobrando a prestação de contas que
304 ainda não foi feito por se estar aguardando que seja marcada a reunião da CTF. O
305 conselheiro Eduardo levanta questão de ordem e coloca a necessidade de que o
306 secretário Marílio Malagutti esclareça antes da votação a afirmação de que há cabide
307 de empregos na saúde. O secretário informa que terá de deixar a reunião e presta o
308 esclarecimento solicitado. Na seqüência, o conselheiro Geraldo Mossem, pede
309 esclarecimento à mesa de como será votada a prestação de contas da Secretaria sobre
310 recursos do FMS sendo que parte destes recursos colocados no HOB estão sem a
311 devida prestação de contas. Simone coloca sua preocupação com essa questão,
312 citando como exemplo, que quando o CMS analisou pedido de verba do Hospital São
313 José e foi exigido que prestassem conta do convênio anterior com base na Resolução
314 N°021 do Conselho, algumas pessoas alegaram que havia a palavra da direção do
315 hospital que dizia não ter recebido o recurso do convênio, consultado o Fundo
316 Nacional de Saúde informou que o hospital não recebeu porque não havia prestado
317 contas de valores recebidos em outro convênio. Acrescenta que se há um grande
318 volume de recursos do FMS envolvido na questão do HOB, entende como
319 conselheira, ser temerário que o CMS vote. Paola esclarece que o HOB prestou
320 contas do ano de 1997 ficando pendentes alguns esclarecimentos solicitados pela
321 Câmara Técnica em relação aos dados apresentados. Simone solicita que o
322 coordenador da CT, Jader esclareça quais são os pontos pendentes e reafirme a
323 posição da Câmara Técnica. Jader, diz não ter nada a acrescentar ao que já foi
324 colocado e a CT não discutiu se deve ou não ser votada a prestação de contas sem os
325 esclarecimentos do HOB. Após breve discussão, Jader propõe que seja suspensa a
326 votação até que o HOB preste os esclarecimentos. Elizabeth complementa a proposta
327 no sentido de que seja dado um prazo para que o HOB preste os esclarecimentos já
328 que, segundo diz, o relatório financeiro referente ao primeiro trimestre de 1998 está
329 pronto para ser analisado pela CT e votado em plenário. Geraldo Mossem, diz que o
330 diretor do HOB tem pleno conhecimento de todos os esclarecimentos e não precisa de
331 um prazo longo. Simone propõe que nova reunião seja marcada para o dia 09/07,
332 quando deverão ser prestados os esclarecimentos pela direção do HOB e então votada
333 a prestação de contas. Este encaminhamento é acatado por consenso do plenário. Na
334 seqüência, passa-se ao ponto seguinte da pauta: Posse dos conselheiros eleitos para o
335 biênio 1998/2000. Simone faz a leitura dos nomes dos novos conselheiros
336 convocando-os a assinarem o livro de posse, esclarecendo que os representantes do
337 governo não foram indicados pelo prefeito. Foram empossados os seguintes

338 conselheiros efetivos e suplentes: Álvaro Gonçalves Lima Júnior, Epifânio Camargos
339 de Freitas, Ana Mendes Barbosa, Marta Auxiliadora F. Reis, Anadil Benedita
340 Halman, Cleber das Dores de Jesus, Antônia de Jesus Lopes, Antônio Carlos da
341 Silva, Leda de Souza Costa, Antônio Guimarães Filho, Joaquim Antônio César Mota,
342 Artur Eustáquio Aguiar, Janine de Azevedo Machado, Carlos Epifânio Queiróz,
343 Olival Lacerda de Oliveira, Cleide Donária de Oliveira, Rosseli Cristina Barbosa,
344 Cornellis Johannes Van Stralev, Adélia Maria Silva, Dalva Imaculada Carvalho,
345 Romélia Rodrigues Lima, Ednéia Aparecida de Souza, Antônio Gomes Ramos,
346 Ednéia dos Santos, Niversino Gonçalves Filho, Elcio Nascentes Coelho, Silvio de
347 Souza Amorim, Geraldo Mossem de Carvalho, Nilce Maciel Cardeal Santos, Jaime
348 Caetano de Souza, Evaristo Garcia de Matos, Jô Moraes, André Quintão, João
349 Athayde Torres Valadares, Antônio Amâncio Figueiredo, José Bonifácio Vieira,
350 Maria do Carmo O. Silva, José Osvaldo Maia, Efigênia Maria dos Santos Xavier,
351 Laraene Alves Tolentino Silva, Lauro Batista Neves, Ivo de Oliveira Lopes, Maria
352 Betânia de Souza, Nadir Ribeiro de Aquino, Maria das Dores Ribeiro, Marílio
353 Malagutti Mendonça, Apolo Henriger Lisboa, Marilza Siléia de Almeida Jota,
354 Valdisnei Honório A. Silva, Nerci da Silva, Maria Terezinha Souza de Assis, Paulo
355 Roberto Venâncio de Carvalho, Helena Estevan Borges, Roberto dos Santos, Júlio
356 César Pereira de Souza, Sebastião Ferreira, Anésio Marcelino Silva, Sônia dos
357 Santos, Consuelo A. Souza Gomes. Após a apresentação de todos os conselheiros,
358 Simone faz breve explanação de trabalho que está escrevendo sobre o Conselho.
359 Comenta também a necessidade de melhor organização dos arquivos e de que seja
360 regularizado o registro das atas do Conselho, sugerindo uma consulta jurídica que
361 esclareça se este registro é necessário ou não. Agradece ao professor Valdir e aos
362 estagiários de comunicação da UFMG pela contribuição que vem viabilizando o
363 Jornal dos Conselhos. Agradece e parabeniza a Secretaria Executiva do Conselho
364 que, segundo diz, tem um volume de trabalho muito grande e tem sido muito
365 competente e ágil no encaminhamento das questões. Fala de sua passagem pelo
366 Conselho, como conselheira e secretária-geral que diz ter sido uma experiência muito
367 rica, que está deixando por opção profissional. Passa a palavra ao conselheiro
368 Onorival Amaro, primeiro secretário do Conselho, que também apresenta
369 agradecimentos e suas despedidas. A conselheira Laraene levanta questão de ordem e
370 propõe que a eleição da mesa diretora seja adiada para a reunião do dia 09/07 pelo
371 adiantado da hora e esvaziamento do plenário. Simone esclarece que não é possível a
372 vacância da mesa diretora e considera que, do ponto de vista legal, não há como
373 manter o Conselho sem uma mesa diretora. A conselheira Geralda Margarida,
374 concorda com a posição da Simone, mas propõe que se eleja uma mesa provisória.
375 Simone coloca que os novos conselheiros estão presentes e são 27 em plenário,
376 número, na sua opinião, significativo. Mantido o processo de eleição da mesa, o
377 conselheiro José Osvaldo, informa que a plenária dos usuários realizada ontem dia
378 24/06, definiu por propor a continuidade do Secretário Municipal de Saúde, Marílio
379 Malagutti, como presidente do Conselho e os nomes dos conselheiros usuários

380 Roberto dos Santos, para a secretaria-geral e João Athayde para a 2º secretaria,
381 ficando a 1ª secretaria para um representante dos trabalhadores a ser indicado por este
382 segmento. O conselheiro Paulo Venâncio, convida para reunião do Conselho Estadual
383 de Saúde que será realizada na segunda-feira, dia 29/06 e discutirá a Programação
384 Pactuada Integrada (PPI) do estado. Informa que ontem, dia 24/06, os trabalhadores
385 também se reuniram em plenária e decidiram propor que Belo Horizonte, como
386 outros municípios, avance no sentido de que um usuário assuma a presidência do
387 Conselho. O conselheiro Sebastião apela para que se agilize a votação. O conselheiro
388 Antônio Carlos reafirma a proposta dos usuários apresentada por José Osvaldo. O
389 conselheiro Geraldo Mossem defende a proposta dos usuários, argumentando que a
390 questão da presidência do Conselho foi amplamente debatida na plenária de ontem e
391 não abrem mão de que o presidente seja o Secretário Municipal de Saúde. Por
392 solicitação de alguns conselheiros, Simone esclarece sobre a composição da mesa
393 colocando que, de acordo com a lei, todos os membros devem ser eleitos. A
394 conselheira Roceli, defende que o presidente do Conselho seja o Secretário de Saúde,
395 colocando que, na sua opinião, questões politico-partidárias estão por traz da posição
396 contrária a isso. O conselheiro Valdisnei diz que os trabalhadores buscaram uma
397 posição unitária com todos os segmentos e entende que o Conselho é um espaço
398 plural e os objetivos de todos os conselheiros são os mesmos. Em nome do segmento
399 dos trabalhadores apresenta a conselheira Sônia para compor a mesa diretora. O
400 diretor do SIND-SAÚDE, Robson, fala da importância de aprofundar o debate sobre
401 a presidência do Conselho e propõe que se vote o restante da mesa deixando o
402 presidente para ser escolhido posteriormente. Argumenta que o Marílio não está
403 presente e, na sua opinião, o Conselho não pode elegê-lo sem que ele manifeste o
404 interesse de ocupar a presidência. Simone esclarece ao plenário a respeito das
405 discussões que levaram à alteração da lei municipal que criou o Conselho, no artigo
406 que até então determinava que o secretário municipal de saúde era obrigatoriamente o
407 presidente do Conselho, acrescentando que no aspecto politico ainda pairam dúvidas
408 quanto a importância de ele estar ou não na presidência para que respeite as decisões
409 do CMS. Eduardo Leal propõe como forma de encaminhamento no sentido de,
410 segundo ele, preservar a unidade do Conselho, que se destaque a eleição do
411 presidente e que se contemple na mesa todos os segmentos indicando um
412 representante de governo, um de trabalhador, um de usuários e um representante dos
413 formadores. Simone, coloca que o plenário já definiu que a eleição seria na presente
414 reunião. Eduardo esclarece que sua proposta é apenas no sentido de se votar a
415 presidência em separado, mas também na presente reunião. Acatado o
416 encaminhamento de votar em separado inicia-se a discussão sobre quem será o
417 presidente do CMS e o conselheiro José Osvaldo reitera a proposta da plenária de
418 usuários de que se eleja o secretário Marílio Malagutti. A conselheira Edneia reforça
419 a mesma proposta. O conselheiro Evaristo também reforça a proposta dos usuários. A
420 conselheira Janine fala que a lei propôs um avanço que é a eleição do presidente e, na
421 sua opinião, eleger-se a mesma pessoa que sempre presidiu o Conselho é retrocesso.

422 O conselheiro Paulo Venâncio defende que a questão seja discutida colocando-se não
423 a pessoa mas o perfil do presidente. A conselheira Sônia fala que, na sua opinião, o
424 secretário tem que estar no Conselho por ser o gestor do SUS e não estará alijado de
425 participação, caso não seja o presidente, acrescentando que a eleição do presidente é
426 uma conquista democrática. O conselheiro Cleber fala que, no seu entendimento, os
427 trabalhadores estão com medo de que o Secretário seja o presidente e que os usuários
428 têm que ser respeitados. A conselheira Joana propõe que se faça logo a votação e
429 defende o nome do secretário para presidente. Na seqüência, Simone inicia o
430 processo de votação considerando como proposta 1 - Que o presidente do Conselho
431 seja o Dr. Marílio Malagutti e como proposta 2 - Que se eleja outro conselheiro para
432 presidente. Feita a chamada nominal dos conselheiros, a proposta 1, obteve 19
433 (dezenove) votos, a proposta 2 não foi votada e houve 11 (onze) abstenções.
434 Declarada vencedora a proposta 1, foi eleito presidente do CMS o secretário Marílio
435 Malagutti. Na seqüência, Simone pergunta ao conselheiro José Osvaldo sobre se
436 estão mantidos os nomes por ele apresentados. José Osvaldo coloca que foi negociada
437 uma nova proposta de composição com um usuário, um trabalhador e um
438 representante da UFMG que seriam respectivamente os conselheiros Roberto, Sônia e
439 Cornellis. Havendo protestos de parte dos usuários, José Osvaldo retira a proposta
440 que é mantida pelo Eduardo Leal. Criado um impasse entre os usuários foi suspensa a
441 reunião por cinco minutos, para que este segmento se reúna em separado. Encerrado o
442 prazo, retoma-se os trabalhos e Simone informa que existem duas propostas: A
443 primeira, da plenária de usuários, com os conselheiros Roberto, na Secretaria-geral,
444 Sônia, na 1ª secretaria e João Athayde, na 2ª secretaria. A segunda, do Eduardo, com
445 Roberto na Secretaria-geral, Sônia, na 1ª secretaria e Cornellis, na 2ª secretaria.
446 Simone abre uma defesa para cada proposta. A primeira é defendida pelo conselheiro
447 Júlio e a segunda pela Simone. Feitas as defesas, inicia-se a votação considerando-se
448 como proposta 1, a que foi apresentada pelos usuários e defendida pelo Júlio e como
449 proposta 2, a que foi apresentada pelo Eduardo e defendida pela Simone. Feita a
450 chamada nominal dos conselheiros, a proposta 1 obteve 16 (dezesesseis) votos e a
451 proposta 2 obteve 12 (doze) votos, havendo 01 (uma) abstenção. Simone anuncia que
452 comporão a mesa diretora os conselheiros Marílio Malagutti, presidente do CMS,
453 Roberto dos Santos, Secretário-geral, Sônia dos Santos, 1ª secretária e João Athayde,
454 2º secretário. Às 19:40 horas, nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião, da
455 qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente
456 do Conselho e pela secretária-geral.
457 Belo Horizonte, 25 de Junho de 1998.
458 RFF/vld